

A atualidade de Marx em seus 200 anos: a questão das opressões

The actuality of Marx in his 200 years: the question of oppression

Marcelo Badaró Mattos*

Resumo

200 anos depois de seu nascimento, a atualidade da obra de Karl Marx é discutida, a partir de vários aspectos, pelo pensamento social contemporâneo, não apenas o marxista. Dos detratores mais severos, aos seguidores menos propensos à crítica, Marx continua a motivar debates acalorados. Há terrenos, porém, em que a reflexão marxiana é menos reivindicada, ou mesmo pouco explorada e nos quais parece mais difícil reivindicar sua pertinência para o debate contemporâneo. Este artigo examina, de forma muito sintética, algumas das análises de Marx (e em escala bem menor, de Engels) que podem iluminar questões importantes dos debates contemporâneos sobre as formas de “opressão” – especialmente as opressões de natureza colonial/nacional, racial e de gênero – que atravessam a sociedade capitalista.

Palavras-Chave: Marx; opressões; raça; gênero

Abstract

Two hundred years after his birth, the actuality of Karl Marx's work is discussed, from various aspects, by contemporary social thought, not just the Marxist. From the more severe detractors to the followers less prone to criticism, Marx continues to motivate heated debates. There are areas, however, where Marxian reflection is less claimed, or even little explored, and in which it seems more difficult to claim its relevance to the contemporary debate. This article examines, in a very synthetic way, some of Marx's (and, to a much lesser extent, Engels') analyzes that can illuminate important issues in contemporary debates about forms of "oppression" - especially colonial / national, racial and of gender - that cross capitalist society.

Key-words: Marx; oppression; race; gender

* Professor Titular de História do Brasil na UFF e membro do NIEP-Marx.

200 anos depois de seu nascimento, é difícil escolher apenas um aspecto do pensamento de Karl Marx para justificar sua atualidade.¹ Afinal, vivemos em tempos nos quais a humanidade se vê cada vez mais dominada pela lógica destrutiva das mercadorias. A capacidade produtiva mundial dá saltos sucessivos, mas as desigualdades sociais chegaram a um ponto tal que apenas oito capitalistas se apropriam de tanta riqueza produzida por homens e mulheres quanto metade da população mundial – e as coisas só pioram, porque de toda a riqueza gerada no mundo em 2017, 82% ficaram concentrados nas mãos do 1% mais rico. Uma época na qual as novas formas de comunicação digital, sobre as quais se depositaram grandes esperanças de democratização das informações, têm inversamente servido para ampliar a dimensões antes inimagináveis os limites ideológicos e fetichizantes contra uma compreensão plena e crítica do mundo em que vivemos. Tempos em que as máscaras democratizantes do Estado burguês parecem cada vez menos relevantes ante o crescimento das formas abertas de coerção que caracterizam a dominação de classes contemporânea. Neste nosso contexto, Marx é cada vez mais atual.

Tenho me dedicado, há alguns anos, a discutir essa atualidade especialmente por um aspecto: o da pertinência de sua discussão sobre a classe trabalhadora para o entendimento da conflituosa situação social que vivemos hoje. A classe trabalhadora, porém, está longe de ser um grupo social simples e homogêneo. Divisões e desigualdades de gênero, orientação sexual, origem étnico/nacional e preconceitos raciais atravessam a classe. Marx, por certo, é uma referência para pensarmos a classe trabalhadora. Mas, ele também “serve” para pensar opressões? Ou ao discutirmos esses temas revela-se o quanto esse senhor de 200 anos está ultrapassado?

O que me proponho a apresentar é uma defesa da pertinência, não da suficiência, das reflexões de Marx (e de Engels) para o debate sobre as opressões. Essa defesa, que só pode ser efetiva se envolver uma perspectiva crítica, que fuja da hagiografia e esteja atenta aos limites e contradições das elaborações marxianas, parece-me necessária ante uma interpretação muito generalizada de que Marx foi um pensador eurocêntrico, que muitas vezes é associada a uma denúncia de sua indiferença às questões de raça e gênero (quando não à acusação explícita de racismo e sexismo).

Mesmo alguns autores que reivindicam o marxismo compartilham, em certos momentos, com viés envergonhado, desse tipo de crítica, ou buscam no Marx da maturidade uma “evolução” em direção à superação da perspectiva eu-

¹ Este texto foi formulado originalmente para a conferência de abertura do II Encontro Nacional do Grupo de Trabalho História e Marxismo da ANPUH, que teve lugar na Universidade Federal de Alagoas, em maio de 2018. Agradeço aos organizadores pelo convite e aos participantes pelo instigante debate durante todo o evento.

rocêntrica que teria marcado a maior parte de sua obra. Partirei de uma rápida localização da crítica, para em seguida retomar os aspectos da elaboração analítica e política de Marx que me parecem pertinentes ao debate sobre as opressões, centrando-me nas questões da opressão racial, da dominação colonial/imperial e da opressão de gênero, reconhecendo que estas não são as únicas relações de opressão que se poderia discutir, mas são as que, nos limites de uma síntese de algumas páginas, encontro espaço para abordar introdutoriamente.

Marx eurocêntrico?

Cedric Robinson, um dos mais influentes pensadores negros estadunidenses, em seu importante trabalho *Black Marxism*, afirmou que:

Marx consignou raça, gênero, cultura e história à lata de lixo. Totalmente consciente do lugar constante que mulheres e crianças mantinham na força de trabalho, Marx ainda os considerava tão insignificantes como proporção do trabalho assalariado que ele os jogava, com trabalho escravo e camponeses, no abismo imaginário, representado pelas ideias de acumulação pré-capitalista, não capitalista e primitiva (Robinson, 2000, p. xxix).

A não menos influente pensadora feminista Silvia Federici, embora reconhecendo a importância que certas reflexões da crítica da Economia Política de Marx tiveram quando apropriadas pelo pensamento feminista, entende que:

enquanto nos primeiros trabalhos de Marx podem ser encontradas denúncias sobre as desigualdades de gênero e o controle patriarcal na família e na sociedade, é de acordo comum que 'Marx não tinha muito a dizer sobre gênero e família'² e que, mesmo em *O capital*, seu olhar a este respeito deve ser reconstruído a partir de observações dispersas (Federici, 2017, p. 85).

No Brasil, há referências ainda mais críticas, como a de Carlos Moore, em *O marxismo e a questão racial*, que associa Marx e Engels não apenas a um pensamento eurocêntrico, como também ao racismo e à defesa da superioridade da raça ariana. Na conclusão de seu livro, Moore afirma:

² Silvia Federici cita aqui Heather A. Brown (2012). Registre-se, porém, que faz um recorte muito próprio da afirmação original da autora citada, da qual recuperaremos a passagem completa adiante, na seção sobre gênero deste artigo.

As análises políticas de Karl Marx e Friedrich Engels, suas conclusões teóricas e ponderações filosóficas a respeito das mais diversas questões, foram naturalmente condicionadas por serem ocidentais, e não africanos ou asiáticos; brancos, e não negros ou orientais; homens livres do século XIX, e não escravos ou súditos coloniais. Fica evidente, então, que sua avaliação política, ideológica, cultural e histórica da humanidade não europeia deve ser contestada categoricamente. Devemos, também, nos opor às pretensões ‘universalistas’ dessas ‘leis gerais’, surgidas a partir de um molde socioeconômico e cultural estritamente ariano.

O mais importante de tudo é que devemos questionar, com veemência, a própria utilidade do Marxismo-leninismo em resolver problemas para os quais, na verdade, ele não tem resposta nenhuma (Moore, 2010, p. 105).

No entanto, não é preciso listar apenas autores não marxistas, ou mesmo antimarxistas, para encontrar generalizações sobre o caráter eurocêntrico das reflexões de Marx. Numa apresentação que escreveu para a mais recente edição em português dos hoje já bastante conhecidos textos (especialmente correspondências) de Marx e Engels sobre a Rússia, Michael Löwy afirma que aqueles textos significaram uma ruptura de Marx com uma concepção “unilinear, evolucionista, etapista e eurocêntrica”, que teria caracterizado seus escritos sobre a periferia capitalista até aquela fase final de sua trajetória. Segundo Löwy, tratando daqueles textos:

a partir de 1877, eles sugerem, ainda que não de forma desenvolvida, uma perspectiva dialética, policêntrica, que admite a multiplicidade de formas de transformação histórica, e, sobretudo, a possibilidade de que as revoluções sociais modernas comecem na periferia do sistema capitalista e não, como afirmavam alguns de seus escritos anteriores, no centro (Löwy, 2013, p. 9).

Não vou aqui retomar o debate sobre os textos acerca da Rússia, escritos nos últimos anos da vida de Marx, que correspondem de fato à caracterização positiva feita por Löwy, mas gostaria de acompanhar outros autores que entendem que, já quando publicou o Livro I de *O capital*, Marx estava distante havia bastante tempo de qualquer concepção “unilinear, evolucionista, etapista e eurocêntrica”. Por isso mesmo, a análise que se segue parte, principalmente, de textos dos anos 1850 e 1860.

A questão racial e a guerra civil em Marx

As posições de Marx a respeito da Guerra Civil nos Estados Unidos (1861-1865) são um bom ponto de partida para a compreensão de diversos aspectos da análise que Marx fazia de sua época: as relações centro-periferia no mercado mundial capitalista; o papel dos movimentos “periféricos” na luta pela revolução proletária; a relação entre escravidão e capitalismo, o racismo e a “agência” de outras classes exploradas que não o proletariado.

Podemos começar recordando que no Prefácio da primeira edição de *O capital*, em 1867, Marx explicita a ideia de que a revolução na periferia poderia “soar o alarme” para a revolução proletária no Ocidente. De qual revolução estava tratando Marx?

Assim como a guerra de independência americana do século XVIII fez soar o alarme para a classe média europeia, a guerra civil americana do século XIX fez soar o alarme para a classe trabalhadora europeia (Marx, 2013, p. 79).

No texto do livro, Marx aborda a escravidão no Sul dos Estados Unidos em algumas passagens. A importância da exploração da plantation escravista colonial e do próprio tráfico africano de escravos para a acumulação primitiva de capital recebe destaque. Mas Marx também se refere às mudanças ocorridas no próprio sistema escravista de produção no Sul dos Estados Unidos à medida que a cultura de algodão da ex-colônia ajustava-se à demanda da nova forma industrial de produção de tecidos na Inglaterra.

Enquanto introduzia a escravidão infantil na Inglaterra, a indústria do algodão dava, ao mesmo tempo, o impulso para a transformação da economia escravista dos Estados Unidos, antes mais ou menos patriarcal, num sistema comercial de exploração. Em geral, a escravidão disfarçada dos assalariados na Europa necessitava, como pedestal, da escravidão *sans phrase* do Novo Mundo (*ibidem*, p. 829).

O fim da escravidão nos Estados Unidos era, portanto, uma questão determinante para a dinâmica da acumulação capitalista na Inglaterra, economia nacional que à época começava a desenhar um mercado mundial capitalista. Por isso mesmo, para entender o tratamento que Marx dedica à Guerra Civil seria preciso contextualizar as respostas ao processo por parte do movimento da classe trabalhadora europeia, inglesa em especial, ao qual ele estava ligado.

Quando tratamos da questão da opressão racial e de sua base material originária na escravidão moderna, a década de 1860, quando a Guerra Civil colocou em xeque a escravidão no Sul dos Estados Unidos, foi um momento-chave para

o entrelaçamento mais completo do movimento abolicionista com o movimento dos trabalhadores europeus. Esse encontro não havia sido tão simples nas décadas anteriores. Após algumas oscilações iniciais, quando a guerra era noticiada como resultante de conflitos comerciais, a classe trabalhadora britânica – mesmo diante do desemprego nas fábricas de tecido inglesas, privadas do suprimento de algodão do Sul estadunidense – posicionou-se claramente a favor do exército da União e da abolição da escravidão.³

Face à explícita defesa da abolição pela classe trabalhadora britânica, não é de se estranhar uma menção ao fim da Mensagem Inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), fundada em Londres em outubro de 1864. Diante da Guerra Civil estadunidense e da disjuntiva Sul escravista x Norte abolicionista, os fundadores da AIT não tiveram dúvida em defender sua posição e em registrar a responsabilidade da classe trabalhadora por ter pressionado os governos da Europa Ocidental para renunciarem a qualquer neutralidade a respeito de questões como a da escravidão nas Américas e a servidão no Leste Europeu:

Se a emancipação das classes trabalhadoras requer sua confluência fraternal, como eles poderão cumprir essa grande missão com uma política externa pautada por desígnios criminosos, exercida com base em preconceitos nacionais e que desperdiça o sangue e as riquezas do povo em guerras piratas? Não foi a sabedoria das classes dominantes, mas sim a resistência heroica que as classes trabalhadoras da Inglaterra impuseram à sua loucura criminosa o que salvou o oeste da Europa de mergulhar numa infame cruzada pela perpetuação e propagação da escravatura do outro lado do Atlântico (AIT *apud* Musto, 2014, p. 99).

O “Regulamento Geral” adotado no mesmo momento pela Internacional definia-se pela igualdade entre os homens ao dispor: “Que todas as sociedades e os indivíduos que a ela aderem reconhecerão a verdade, a justiça e a moralidade como a base de sua conduta uns para com os outros e para com cada homem, sem distinção de cor, credo ou nacionalidade.” (*ibidem.*, 292)

Também significativa foi a troca de correspondências entre a AIT e o presidente Lincoln, por ocasião de sua reeleição. Em novembro de 1864, com a assinatura de diversos dos seus dirigentes, a Internacional encaminhou, através do embaixador estadunidense em Londres, uma carta felicitando Lincoln pela

³ Sobre os encontros e desencontros entre o movimento dos trabalhadores assalariados no plano político e sindical na Inglaterra e o abolicionismo, cf. Fladeland (1984); Mattos (2014); Harrison, (1961) e Foner (1981).

reeleição, com ampla margem de votos. Segundo a carta, “Se ‘resistência ao poder escravocrata’ foi a discreta palavra de ordem de sua primeira eleição, o triunfante grito de guerra de sua reeleição é ‘morte à escravatura’”.⁴ (ibidem, p. 281) O mote central da carta era não apenas o da solidariedade do proletariado europeu à luta contra a escravidão, mas o da valorização do fim da escravidão como parte do processo maior de emancipação da humanidade.

O principal redator daqueles documentos da Internacional foi Karl Marx. Marx acompanhou como articulista de jornal os acontecimentos da guerra desde o início e posicionou-se de forma incisiva, desde o primeiro momento, a favor do governo da União, apontando que o conflito decorria fundamentalmente da questão da escravidão. Não estava sozinho entre os socialistas alemães exilados, pois vários de seus companheiros de luta revolucionária em 1848-1849 haviam migrado para a América do Norte. Muitos não apenas defenderam o Norte, como se engajaram no Exército da União e ocuparam posições de destaque na campanha militar contra a sedição confederada.

Marx registraria a importância do fim da escravidão para o movimento da classe trabalhadora nos Estados Unidos, em *O capital*. Destacando como a abolição destravou a luta pelas conquistas da classe trabalhadora estadunidense, exemplificada pela deliberação do congresso realizado em Baltimore, em 1866, que decidiu por nacionalizar a demanda pela jornada de 8h de trabalho, ele afirmou: “O trabalho de pele branca não pode se emancipar onde o trabalho de pele negra é marcado a ferro.” (Marx, 2013, p. 372)

Como analisou Kevin Anderson (2010), a perspectiva de Marx sobre a Guerra Civil era, desde o início, de que seria vencida pelo Norte, justamente porque representava, ainda que Lincoln em seu primeiro mandato pudesse resistir a essa ideia, uma luta que só poderia ser vencida com a decisão da União em por fim à escravidão. Por esse caminho, Marx defendeu a necessidade de que a União não apenas proclamasse claramente seu objetivo de lutar pela liberdade dos escravizados, como também armasse batalhões de negros livres e libertos, dando sequência à guerra por um caminho revolucionário.

Numa carta a Engels, em agosto de 1862, respondendo à insistência do amigo em valorizar a superioridade militar do Sul, Marx reforça que o Norte iria partir para uma ruptura com os interesses escravistas dos estados fronteiriços representados na União e adotaria “métodos revolucionários”. Sobre a superioridade militar sulista (que Marx considerava natural, já que a classe dominante escravista era ociosa e o predomínio do trabalho escravo liberava os brancos

⁴ O episódio e seu contexto foram abordados na introdução de Blackburn (2011), que também reproduz algumas dessas fontes. Para uma nova edição, bastante ampla, de escritos de Marx e Engels sobre a guerra civil, incluindo um interessante prefácio de Andrew Zimmerman, seu organizador, Marx & Engels (2016).

sulistas para as forças militares), responde a Engels dizendo que “um único regimento negro teria um efeito formidável nos nervos sulistas” (Marx & Engels, 2016, p. 121). Se havia uma maneira revolucionária de conduzir a guerra, ela incluía aqueles que haviam sido escravizados como sujeitos históricos.

Para que a Guerra Civil pudesse de fato soar o alarme de uma nova vaga revolucionária também na Europa, Marx era consciente de que seria necessário superar preconceitos raciais arraigados em parte da classe trabalhadora de origem europeia no Norte dos EUA e também envolver decisivamente o movimento operário europeu na campanha contra o Sul e a escravidão. Marx não vacilava em apontar para os limites que a ideologia racista impunha à consciência dos trabalhadores. Adiante veremos como Marx denunciaria diretamente o efeito deletério do preconceito dos trabalhadores ingleses contra os irlandeses. No caso da situação dos Estados Unidos, ele chegou a explicar resultados eleitorais a partir do preconceito dos brancos (inclusive os irlandeses) sobre os negros, em um efeito político cumulativo do racismo sobre as fraturas de classe. Escrevendo para o jornal austríaco *Die Presse*, em artigo publicado em 23 de novembro de 1862, ele explica que:

O irlandês vê no negro um perigoso competidor. Os eficientes fazendeiros de Indiana e Ohio odeiam ao negro menos apenas que aos escravistas. Para eles, ele é o símbolo da escravidão e a decadência da classe trabalhadora e a imprensa do Partido Democrata os alimenta diariamente com a ameaça de uma inundação de seu território pelo “nigger” (*ibidem*, p. 142).

A vitória da União na Guerra Civil garantiu a libertação dos quase quatro milhões de trabalhadores e trabalhadoras escravizados que viviam nos EUA. Sabemos, entretanto, que a expectativa despertada pelos abolicionistas mais radicais de uma incorporação social e política equânime da população de origem africana ao corpo de cidadãos da nação, que chegou a se esboçar como possibilidade durante o período da “Reconstrução” (1865-1877), seria completamente frustrada após alguns anos, com a devolução das propriedades aos plantadores escravistas derrotados na guerra, a retirada das tropas federais do Sul e a tolerância do governo central para com a legislação abertamente segregacionista que vigoraria nos estados do Sul por cerca de um século.

Marx percebeu que aquela revolução fora interrompida, mas a reflexão sobre o processo seria decisiva para a finalização de *O capital* e para as intervenções políticas que faria nos anos seguintes através da Internacional, como na Comuna de Paris, ou nos debates sobre a independência da Irlanda.

Questão colonial

O contexto da Guerra Civil não foi a primeira vez em que Marx identificou lutas de populações oprimidas – fora da Europa e não submetidas ao assalariamento – como centrais para a possibilidade da revolução socialista que teria a classe trabalhadora como protagonista no continente europeu.

Todas as críticas ao alegado eurocentrismo de Marx citam sempre dois artigos por ele escritos a respeito da colonização da Índia pelos ingleses, publicados no *New York Daily Tribune* em junho e agosto de 1853. No primeiro deles, Marx situa a Índia em comparações com a Itália e a Irlanda, uma vez que o território agora colonizado pelos britânicos havia sido invadido e dominado por diferentes povos no passado e esta era uma das razões de carecer de um Estado Nacional centralizado e forte. Sua organização política era caracterizada pela autonomia das vilas e a estrutura econômica definida por uma agricultura dependente das obras públicas para irrigação e por um artesanato altamente especializado, especialmente no ramo da tecelagem. O domínio britânico, ao desprezar as obras públicas e apostar na “livre concorrência” para o desenvolvimento agrícola e ao destruir as bases da produção artesanal local, via comércio dos tecidos industrializados ingleses, teria significado a mais devastadora ocupação colonial da milenar história daquela região. Nas palavras de Marx:

Todas as guerras civis, invasões, revoluções, conquistas, fomes, por mais complexa, rápida e destrutiva que pudesse parecer sua sucessiva ação sobre o Hindustão, não o haviam arranhado senão superficialmente. A Inglaterra destruiu os fundamentos do regime social da Índia, sem manifestar até o presente a menor veleidade de construir o que quer que seja. Esta perda de seu velho mundo, que não foi seguida pela obtenção de um mundo novo, confere à miséria atual dos Hindus um caráter particularmente desesperado e separa o Hindustão, governado pelos ingleses, de todas as tradições antigas, de todo o conjunto de sua história passada (Marx, 1853a).

No entanto, Marx lembra que as comunidades aldeãs do “Hindustão”, destruídas pelo domínio britânico, serviram sempre de base para o despotismo oriental, “carregaram a marca infame das castas e da escravidão” e submeteram “o homem a circunstâncias exteriores em lugar de fazê-lo rei das circunstâncias.” (*ibidem*) Daí que, na sua avaliação, a destruição das bases milenares da sociedade indiana pela colonização inglesa abria espaço para uma revolução social, criando condições para um novo patamar de participação daqueles povos asiáticos nos quadros da história mundial. Na conclusão do artigo, dizia Marx: “Trata-se de saber se a humanidade pode cumprir seu destino sem uma revolução fundamental na situação social da Ásia. Senão, quaisquer que fossem

os crimes da Inglaterra, ela foi um instrumento da História ao provocar esta revolução.” (*ibidem*)

O segundo artigo abre ainda mais espaço para a crítica ao eurocentrismo e a um viés etapista na análise de Marx, afinal ele resgata as disputas anteriores pelo território indiano por outros povos para afirmar uma suposta ausência de história, no duplo sentido de autonomia como nação e do papel de sujeito histórico de sua população:

A Índia não poderia, portanto, escapar ao destino de ser conquistada e toda sua história, se história houver, é a das conquistas sucessivas que ela sofreu. A sociedade indiana não tem qualquer história, pelo menos história conhecida (Marx, 1853b).

Na opinião de Marx, porém, todos os conquistadores anteriores teriam sido “hinduizados” pelo fato de conquistarem uma civilização superior. Os ingleses seriam os primeiros que poderiam combinar em sua dominação “uma dupla missão”, “uma destrutiva, outra regeneradora”. O treinamento de soldados locais, as escolas ocidentais para a elite, a introdução da “grande imprensa”, mas especialmente a expansão das ferrovias, atendendo aos interesses dos capitalistas britânicos em escoar a produção de algodão e outros gêneros, acabariam criando as condições para que o próprio domínio britânico fosse posto em xeque no futuro. A ênfase de Marx no avanço das forças produtivas do capitalismo através da expansão das ferrovias, que fatalmente levariam ao desenvolvimento de outros ramos industriais, levou muitos autores a lerem tais artigos como a prova de que a concepção de desenvolvimento capitalista em Marx era linear, devendo os territórios coloniais e periféricos passarem pelas mesmas etapas da industrialização e expansão capitalista que a Inglaterra já havia atravessado.

Ainda que todas essas análises possam encontrar fundamento nos dois artigos de Marx, que de fato expressam visões estereotipadas sobre os povos orientais, eles dizem mais. Marx não proclama uma superioridade europeia baseada em critérios raciais ou étnicos de qualquer tipo. Pelo contrário, seu texto de fato exala a aceitação de visões caricaturais sobre submissão e indolência de determinados povos, mas muitas das comparações que faz entre os indianos e europeus são favoráveis aos primeiros. Alguns exemplos: “gerações nativas são [...], mesmo nas classes mais inferiores, ‘mais finos e hábeis que os italianos’”; sua coragem surpreende aos oficiais britânicos; seus idiomas e religiões estiveram na base das línguas e cultos europeus etc. Marx também não abdica de denunciar a brutalidade da dominação colonial em nenhum momento, afinal “A hipocrisia profunda e a barbárie inerente à civilização burguesa se difunde sem véus diante de nossos olhos, passando da sua fornalha natal, onde ela assume formas respeitáveis, às colônias onde ela assume suas formas sem véus.” (*ibidem*)

Por fim, Marx não cede à tentação do determinismo econômico ou tecnológico absoluto, pois afirma que a relação entre o desenvolvimento das forças produtivas induzido pela dominação colonial e a melhoria das condições de vida da população dominada estava longe de ser direta. A apropriação dessas “condições materiais” pelos colonizados (e, portanto, a expropriação dos colonizadores pelos colonizados, agindo como sujeitos de sua história) era a condição necessária para tanto:

Tudo o que a burguesia inglesa for obrigada a fazer na Índia não emancipará a massa do povo nem melhorará substancialmente sua condição social, conquanto esta depender não somente do desenvolvimento das forças produtivas, mas também de sua apropriação pelo povo. Mas o que não deixará de fazer é criar as condições materiais para realizar as duas (*ibidem*).

Nesse sentido, chega mesmo a afirmar que a vitória na luta pela libertação nacional dependeria da vitória do proletariado contra a burguesia na Inglaterra, ou do protagonismo dos próprios indianos ao derrotarem os colonizadores:

As Índias não recolherão os frutos dos elementos da nova sociedade semeados aqui e acolá entre eles pela burguesia inglesa, até que na própria Inglaterra as classes dominantes tenham sido suplantadas pelo proletariado industrial, ou que os próprios hindus tenham se tornado fortes o suficiente para rejeitar definitivamente o jugo inglês (*ibidem*).

Explicando os efeitos da centralização de capitais e do mercado mundial capitalista, Marx explica, na conclusão dos artigos, sua avaliação de que a expansão mundial do capital criava condições materiais para a revolução social que ele defendia, o que é significativamente diferente de uma apreciação entusiástica da dominação colonial em si, ou mesmo de uma valorização acrítica do progresso material advindo do desenvolvimento capitalista:

O período burguês da História tem por missão criar a base material do mundo novo; de uma parte, a intercomunicação universal fundada na dependência mútua da humanidade e os meios dessa intercomunicação; de outra parte, o desenvolvimento das forças produtivas da produção material a partir da dominação científica dos elementos. A indústria e o comércio burgueses criam estas condições materiais de um mundo novo do mesmo modo que as revoluções geológicas criaram a superfície da terra. Quando uma grande revolução social tiver se assenhorado dessas realizações da época burguesa, do mer-

cado mundial e das forças modernas de produção, e os tiver submetido ao controle comum dos povos mais avançados, somente então o progresso humano cessará de parecer com este horrível ídolo pagão que somente quer beber o néctar no crânio de suas vítimas (*ibidem*).

Lucia Pradella (2016) chamou a atenção para outros escritos de Marx sobre a China e a Índia, ainda nos anos 1850, quando aponta que as lutas anticoloniais eram fatores agravantes das crises capitalistas que começavam a se manifestar em escala internacional. Por isso, deveriam ser entendidas como parte importante das lutas “antissistêmicas” do século XIX, para usarmos uma expressão atual. Compreendendo a expansão imperialista como mecanismo de enfrentamento das crises, Marx teria percebido tanto a possibilidade aberta pela exploração colonial para uma progressiva elevação dos salários da classe trabalhadora nos países centrais quanto, contraditoriamente, o potencial irruptivo da agência dos povos não-europeus.

Numa passagem de um de seus artigos sobre a China, do mesmo ano de 1853 em que escreveu os textos mais conhecidos sobre a Índia, resgatada por Pradella, Marx afirma a importância das lutas dos povos colonizados para o projeto revolucionário ao qual se associava, apostando que: “o próximo levante do povo europeu [...] provavelmente irá depender do que está agora se passando no Império Celestial – o oposto extremo da Europa – mais do que de qualquer outra causa política atualmente existente.” (Pradella, 2016, p. 457) Pradella identifica também nos “Cadernos sobre a crise” de 1857, que Marx pretendia transformar em uma obra específica (projeto como tantos outros nunca levado adiante), uma associação entre levantes e revoltas coloniais – na China, na Índia, no Afeganistão – e as crises capitalistas. Uma associação que indica que, já nos anos 1850, Marx entendia que as contradições do capitalismo expressavam-se em escala mundial e que os processos revolucionários também estariam encadeados internacionalmente.

De qualquer forma, se os escritos dos anos 1850 podem levar a diversas interpretações sobre o olhar do revolucionário europeu a respeito dos povos colonizados e seu papel como sujeitos históricos, assim como sobre a dinâmica dos processos de acumulação capitalista em escala internacional, na década de 1960, além dos escritos sobre a Guerra Civil, um outro conjunto de trabalhos de Marx demonstra seu inequívoco distanciamento de qualquer avaliação unívoca e linear de um desenvolvimento capitalista levado das potências imperialistas aos territórios coloniais. Trata-se de suas reflexões sobre a situação da Irlanda. Por caminhos diferentes, é possível identificar uma tendência internacional recente de valorização desse conjunto de reflexões⁵.

⁵ Cf. Pereira (2015) e De Paula (2015).

No debate sobre a Irlanda, as posições de Marx foram alterando-se com o tempo e há pelo menos um texto em que Marx assume explicitamente essa mudança de posição. Em dezembro de 1869, numa carta a Engels, Marx afirmaria:

Durante muito tempo acreditei que seria possível derrotar o regime irlandês através da ascendência da classe trabalhadora inglesa. Sempre expressei esse ponto de vista em meus artigos para o *New York Tribune*. O estudo mais profundo agora me convenceu do contrário (Marx & Engels, 1955, p. 232).

Talvez algo mais do que apenas seu estudo mais profundo tenha incidido sobre Marx, gerando essa alteração de posição: o próprio movimento de libertação da Irlanda, que aliás era apoiado mais diretamente por Engels havia já algum tempo e envolvia cada vez mais a filha caçula de Marx, Eleanor. Naquele 1869, Eleanor, então com 14 anos, passara algum tempo com Engels e sua companheira irlandesa Lizzie Burns em Manchester e voltara tão convencida da causa irlandesa que passou a assinar sua correspondência como “Eleanor Marx (Fenian Sister)”. (cf. Holmes, 2014) De qualquer forma, Marx já vinha atuando para garantir que a AIT tomasse a questão da independência da Irlanda como central, e abordava o tema em diversas ocasiões. Em uma de suas cartas a Kugelmann, em novembro de 1869, dizia:

Tenho me convencido mais e mais – e a única questão é convencer a classe trabalhadora inglesa dessa convicção – que ela nunca poderá fazer nada decisivo aqui na Inglaterra até que separe de forma decisiva sua política a respeito da Irlanda da política das classes dominantes [...]. E isso deve ser feito não por uma questão de simpatia com a Irlanda, mas como uma causa de interesse do proletariado inglês (*ibidem*, p. 230).

Em abril de 1870, numa correspondência a Meyer e Vogt, em Nova York, Marx tratou de seus esforços para fazer avançar a posição da Internacional na questão irlandesa e foi ainda mais explícito em inverter o polo do protagonismo na luta anticolonial:

Após me ocupar com a questão irlandesa por muitos anos, eu cheguei à conclusão de que o ataque decisivo contra as classes dominantes inglesas (e ele será decisivo para o movimento dos trabalhadores no mundo todo) não pode ser empreendido na Inglaterra, mas apenas na Irlanda (*ibidem*, p. 122).

A valorização da luta de libertação nacional no processo da revolução mundial vinha acompanhada de uma tomada de posição firme contra os preconceitos nacionais/raciais que se associavam à dominação colonial. No relatório sobre a questão irlandesa que produziu para a Internacional, em 1870, Marx explicitava essa relação e seu efeito devastador para o movimento da classe trabalhadora, comparando-a com a situação do racismo nos Estados Unidos e afirmando o caráter decisivo desse tipo de fratura na classe para a dominação burguesa:

em todos os grandes centros industriais da Inglaterra há um profundo antagonismo entre os proletários irlandeses e os ingleses. O trabalhador inglês comum odeia o trabalhador irlandês como um concorrente que rebaixa seu salário e seu padrão de vida; também alimenta contra ele antipatias nacionais e religiosas. É exatamente o mesmo modo como os brancos pobres dos estados sulistas da América do Norte se comportam em relação aos escravos negros. Esse antagonismo entre os dois grupos de proletários no interior da própria Inglaterra é artificialmente mantido e alimentado pela burguesia, que sabe muito bem que essa cisão é o verdadeiro segredo da preservação de seu próprio poder (AIT *apud* Musto, 2014, 275-76).

O esforço de Marx teria um papel decisivo para que a Internacional assumisse a luta pela libertação nacional da Irlanda como sua, apoiando política e financeiramente o movimento feniano. Não é fortuito, portanto, que a perspectiva marxiana, desenvolvida desde os anos 1850, que associava a expansão colonial no século XIX a uma dinâmica de acumulação capitalista que tendia a se realizar plenamente apenas na escala mundial, assim como sua tomada de posição sobre a Irlanda em fins dos anos 1860, estivessem de alguma forma refletidas na redação de *O capital*. Algo que podemos perceber, por exemplo, no Livro III (cujos esboços principais datam da primeira metade da década de 1860), ao tratar da lei de tendência à queda da taxa de lucro, em sua relação com a contratendência decorrente da expansão do mercado mundial. Ou mesmo no Livro I (1867), ao destacar o caso irlandês ao longo da exposição da lei geral da acumulação capitalista (Capítulo XXIII), ou ao explicar a importância da expansão colonial para a acumulação primitiva de capital (Capítulo XXIV). (Marx, 2013; 2017)

Gênero

Em relação à opressão de gênero, a obra de Marx e Engels se inseriu em uma vertente do debate entre os socialistas, que remete às reflexões de Flora Tristan, que inclusive inspirara a famosa palavra de ordem que fecha o *Manifesto Comunista*, “Proletários de todos os países, uni-vos!”. Suas análises contribuíram para a formulação de uma perspectiva nova, que não apenas condenava moral-

mente a subordinação social das mulheres, mas procurava explicar suas razões a partir das relações sociais historicamente construídas. Já no *Manifesto*, em 1848, após denunciarem a exploração econômica sobre as crianças e esclarecerem o papel opressor da família, ridicularizaram o temor burguês de que o comunismo introduzisse a “comunidade de mulheres” e explicaram esse medo:

Para o burguês, a mulher nada mais é do que um instrumento de produção. Ouvindo dizer que os instrumentos de produção serão explorados em comum, conclui naturalmente que o destino de propriedade coletiva caberá igualmente às mulheres (Marx & Engels, 1998, p. 55).

As frases seguintes fazem uma ironia de gosto duvidoso e ranço machista sobre a infidelidade entre a burguesia, porém Marx e Engels afirmam taxativamente o objetivo comunista de suprimir a subordinação material das mulheres, alertando que o burguês: “não imagina que se trata precisamente de arrancar a mulher de seu papel de simples instrumento de produção”. (*ibidem*, p. 55-56)

Em sua *Origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1884), Engels desenvolveu as ideias esboçadas no Manifesto, à luz dos novos estudos então disponíveis no campo em construção da Antropologia. Naquele livro, associou a emergência do domínio masculino à origem da propriedade privada e da sociedade de classes, quando os homens imporiam o casamento monogâmico sobre os casamentos de grupos e forçariam a linhagem masculina sobre a matrilinearidade para garantir o controle dos filhos homens sobre as heranças. Embora Engels esbarrasse em limites dos estudos antropológicos da época, nos quais se baseou, e com isso incorresse em algumas confusões – como a associação direta entre matrilinearidade (linhagens de descendência familiar em que os filhos pertencem ao clã/família ampliada da mãe) e matriarcado (um suposto domínio social feminino) –, sua perspectiva de inserir o patriarcado na dinâmica histórica das transformações nas relações sociais continua sendo uma referência metodológica central para o marxismo na abordagem da questão, pois permite perceber que a opressão da mulher não é “natural”, nem existiu sempre, mas surgiu como decorrência de processos histórico-sociais.⁶

Em *O capital*, Marx (2013) apresenta uma série de dados sobre a exploração da classe trabalhadora que realçam a subalternidade feminina no mercado de trabalho, assim como o fardo imposto às mulheres pela família de modelo burguês, acentuado no caso das famílias proletárias pelo acúmulo feminino de tarefas domésticas com trabalho assalariado para o mercado. A pista central para o entendimento da importância histórica do patriarcado no contexto capitalista também é ali apresentada, embora Marx não a aponte nem desenvolva. Se a ori-

⁶ Para uma análise mais detida dessa obra de Engels, ver, por exemplo, Arruzza, 2010.

gem do lucro capitalista e da acumulação de capital está no mais-valor extraído da força de trabalho e, portanto, a força de trabalho é a mercadoria “mágica”, capaz de criar valor, como se determina o valor da força de trabalho? Assumindo que a venda da força de trabalho em troca de um salário é uma troca de equivalentes, Marx define o valor dessa força de trabalho como aquele correspondente à sua reprodução (os gastos necessários para que a cada dia o trabalhador ou a trabalhadora possa voltar ao local de trabalho e despender sua força de trabalho para o capitalista). Porém, nem tudo o que se necessita para a reprodução é comprado no mercado.

A partir dessa constatação, feministas marxistas, desde as últimas décadas do século XX, vêm buscando desenvolver uma análise em que exploração de classes e opressão de gênero se combinam numa perspectiva unitária, totalizante, da sociedade capitalista. A expressão “teoria da reprodução social” tem sido a mais empregada para definir esse campo de análise⁷.

Alimentação, asseio, cuidado, condições para o repouso e reprodução biológica (a contínua produção de uma prole proletária) dependem em grande medida de um trabalho doméstico que não é remunerado e recai esmagadoramente sobre as mulheres. O valor da força de trabalho (e, portanto, o salário pago pelo capitalista) pode ser reduzido graças a um trabalho reprodutivo assegurado pela dominação patriarcal e pela opressão da mulher na família. Os papéis de gênero estabelecidos nesse tipo de arranjo produtivo/reprodutivo, são reforçados no mercado de trabalho quando as mulheres são a maioria nos empregos relacionados a serviços mercantilizados no campo da reprodução social e vendem sua força de trabalho por salários quase sempre bem menores que os dos homens, mesmo quando se empregam nas mesmas funções e possuem as mesmas qualificações. Essa “funcionalidade” do trabalho feminino reprodutivo (especialmente, mas não apenas, o não remunerado) para o capital é a explicação central para a manutenção da subordinação patriarcal das mulheres nas famílias sob a vigência histórica do capitalismo.

Ainda que constatando a ausência desse aspecto na análise marxiana da acumulação capitalista, ou mesmo apontando o equívoco de sua aposta otimista na generalização do trabalho feminino na grande indústria como tendendo a liberar a mulher do domínio familiar patriarcal, a literatura recente não desconhece a relevância das reflexões de Marx sobre as dimensões históricas da opressão das mulheres. Conforme argumenta Brown:

A discussão de Marx sobre gênero foi muito além de simplesmente incluir as mulheres como trabalhadoras fabris. Apesar de Marx não ter

⁷ Para alguns exemplos, cf. Arruzza (2010), o livro pioneiro – primeira edição publicada em 1983 – de Vogel (2013) e a recente e abrangente coletânea organizada por Bhattacharya (2017).

escrito muito sobre gênero e família, e não ter desenvolvido uma teoria sistemática de gênero, esta foi para ele, entretanto, uma categoria essencial para entender a divisão do trabalho, da produção e da sociedade em geral. Além disso, há aberturas potenciais no interior da teoria social de Marx que podem ser úteis para uma interpretação feminista (Brown, 2012, p. 3-4).

Considerações finais

O objetivo deste artigo foi colocar em discussão, a partir de uma apresentação muito sintética, a potencialidade de algumas reflexões de Marx para o entendimento e o enfrentamento das opressões. Marx foi aqui tomado como relevante, não suficiente, para o debate. Há ciência dos limites de suas reflexões e quando visões estereotipadas ou preconceituosas aparecem em seus textos, não parece correto procurar refúgio em justificativas do tipo “era um homem de seu tempo”, até porque sua importância está justamente em ter ido além do que foram outros “homens de seu tempo” em vários domínios do conhecimento social e da estratégia política. Por isso mesmo, não se procurou também apresentar as análises e propostas de Marx como *a* solução para nossos debates sobre racismo, dominação colonial, ou opressão patriarcal.

Defende-se, entretanto, que para aqueles que consideram que a atualidade de Marx, 200 anos após seu nascimento, reside tanto em seu método de análise crítica – que toma a sociedade regida pela lógica do capital como uma totalidade de relações histórico-sociais contraditórias –, quanto em seu projeto político de superação dessa ordem social, as reflexões postas por ele e Engels sobre a questão das opressões indicam caminhos de análise que não podemos desprezar. Em especial para quem assume, como o faz o autor deste artigo, que nosso desafio reside em explicar a indissociabilidade entre as chamadas opressões e as formas de exploração e alienação características da sociedade capitalista.

Vimos que nos debates sobre a Guerra Civil desenvolvidos por Marx, há um acúmulo de reflexões, sobre a relação entre escravidão e capitalismo e os nexos entre racismo e divisões no interior da classe trabalhadora. Kevin Anderson lembra que, para Marx, a Guerra Civil “constituiu uma das maiores batalhas do século [XIX] pela emancipação humana, que forçou os trabalhadores brancos nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha a tomarem uma posição contra a escravidão”. Nos muitos escritos de Marx sobre a Guerra Civil, assim como em seus posicionamentos políticos difundidos a partir da Associação Internacional dos Trabalhadores, Anderson encontra um filão pouco explorado na literatura teórica sobre Marx: “a interseção entre raça e classe”. (Anderson, 2010, p. 79)

Outras interseções estavam presentes naquele momento histórico, ainda

que Marx não as tenha destacado. Angela Davis (2016) apresenta uma obra potente, demonstrando que a Guerra Civil também foi o ponto de partida do movimento feminista estadunidense. Um feminismo que nascia do ventre da luta abolicionista, explica o porquê de algumas dentre suas personagens mais destacadas demonstrarem, conforme Davis, uma consciência profunda “da indissociabilidade entre a luta pela libertação negra e a luta pela libertação feminina”. Evitavam, com isso, deixar-se aprisionar “na armadilha ideológica de insistir que um combate era mais importante que o outro. Elas reconheciam o caráter dialético da relação entre as duas causas”. (Davis, 2016, p. 56)

Impossível dissociar a questão racial da expansão colonial europeia a partir do século XVI. A ideia moderna de raça nasce da conquista das Américas e, particularmente, do processo de escravização de milhões de homens e mulheres trazidos prisioneiros da África para serem explorados pelo colonizador europeu em terras americanas. Marx nos forneceu análises sobre o papel da escravidão na acumulação capitalista e combateu-a em seus artigos e através da ação da AIT. Mas analisou também o colonialismo do século XIX e a opressão de povos colonizados, fossem eles submetidos ou não a formas compulsórias de exploração do trabalho. Sua visão sobre o colonialismo, como se procurou demonstrar, distanciou-se de uma concepção linear do progresso econômico como decorrência da dominação colonial, além de ter valorizado a importância das lutas anticoloniais para a superação global do capitalismo, matizando uma visão unívoca do proletariado dos países centrais como único protagonista das lutas revolucionárias.

O caráter dialético da relação entre explorações, alienação e opressão sob o domínio do capital também é o ponto de partida para os esforços da chamada teoria da reprodução social, aqui valorizada por estabelecer uma base unitária de entendimento da relação entre patriarcado e capitalismo como componentes de uma mesma totalidade. O papel do trabalho reprodutivo, exercido quase sempre pelas mulheres, é central para o entendimento dessa totalidade articulada.

Há, porém, muito ainda a avançar para que tenhamos desenvolvido uma teoria unitária que envolva classe, raça e gênero no entendimento dos mecanismos de exploração capitalista, opressão patriarcal/racial/nacional e dominação burguesa. O que não é pouco importante para nós, os que defendemos que não se trata apenas de entender o mundo, mas de transformá-lo. Afinal, o sujeito social potencial da emancipação humana é um proletariado atravessado pelas contradições impostas pela forma entrelaçada através da qual essas opressões se manifestaram historicamente e continuam a se manifestar no presente, dois séculos após o nascimento de Marx.

Referências bibliográficas

- ANDERSON, Kevin. *Marx at the margins: on nationalism, ethnicity and non-western societies*. Chicago: The University of Chicago Press, 2010.
- ARRUZZA, Cíntia. *Feminismo e marxismo: entre casamentos e divórcios*. Lisboa: Edições Combate, 2010.
- BHATTACHARYA, Tithi (ed.). *Social reproduction theory: remapping class, recentring oppression*. London: Pluto, 2017.
- BLACKBURN, Robin. *An unfinished revolution: Karl Marx and Abraham Lincoln*. London: Verso, 2011.
- BROWN, Heather A. *Marx on gender and family: a critical study*. Leiden: Brill, 2012.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DE PAULA, P. G. “Os escritos de Marx sobre a Irlanda nos anos 1860 e sua relevância para a compreensão do subdesenvolvimento”, *Revista de Economia Política e História Econômica*, v. 33, 2015, pp. 90-122.
- FEDERICI, Silvia. “Notas sobre gênero em O capital de Marx”, *Cadernos Cemarx*, n. 10, 2017.
- FLADELAND, Betty. *Abolitionists and working-class problems in the age of industrialization*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1984.
- FONER, Philip. *British labor and American Civil War.*, New York: Holmes and Meier, 1981.
- HARRISON, Royden. “British labor and American slavery”, *Science & Society*, vol. 25, no. 4, dec. 1961.
- HOLMES, Rachel. *Eleanor Marx: a life*. London: Bloomsbury. 2014.
- LÖWY, Michael. “Introdução: dialética revolucionária contra a ideologia burguesa do progresso”. In: Marx, K. & Engels, F., *Lutas de classes na Rússia*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Selected Correspondence*. Moscou: Progress, 1955.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *The civil war in the United States*, edited and with an Introduction by Andrew Zimmerman. New York: International Publishers, 2016.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política, Livro III, O processo global da produção capitalista* [1894]. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARX, Karl, *O capital: crítica da economia política, Livro I: O processo de produção do capital* [1867]. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. “A dominação britânica na Índia [*The English rule in India*]”, *New York Daily Tribune*, p. 5, 25 de junho de 1853a. Tradução publicada Jason

Borba. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ma000035.pdf>>. Último acesso: outubro de 2018.

MARX, Karl. “Os resultados eventuais da dominação britânica na Índia [*The future results of the British rule in India*]”, *New York Daily Tribune*, 8 de agosto de 1853b. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ma000073.pdf>>. Último acesso: outubro de 2018.

MATTOS, Marcelo Badaró. Abolicionismo e formação da classe trabalhadora: uma abordagem para além do nacional. In: Gomes, F. e Domingues, P. (orgs.). *Políticas da raça: experiências e legados da abolição e do pós-emancipação no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2014.

MOORE, Carlos. *O Marxismo e a questão racial: Karl Marx e Friedrich Engels frente ao racismo e à escravidão*. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

MUSTO, Marcello (org.). *Trabalhadores uni-vos! Antologia política da I Internacional*. São Paulo: Boitempo, Fundação Perseu Abramo, 2014.

PEREIRA, Bernardo Soares. *Mariategui em seu (terceiro) mundo*, (Dissertação de Mestrado em História), Niterói, UFF, 2015.

PRADELLA, Lucia. “Crisis, revolution and hegemonic transition: the American Civil War and emancipation in Marx’s Capital”, *Science & Society*, Vol. 80, No. 4, 2016, pp. 454–467.

ROBINSON, Cedric J. *Black Marxism: the making of the black radical tradition*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2000

VOGEL, Lise. *Marxism and the oppression of women: toward a unitary theory*. Chicago: Haymarket, 2013.

Recebido em 24 de agosto de 2018

Aprovado em 17 de setembro de 2018